

EDITAL 015/2025

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY - JMA

PREGÃO

ELETRÔNICO N.º

04/2025

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA OS EVENTOS DE CARNAVAL DE 2026

VALOR TOTAL DAS CONTRATAÇÕES

R\$ 200.000,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/01/2026 às 09:01

LOCAL: COMPRASNET - www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

AMPLA PARTICIPAÇÃO

VISITA TÉCNICA

(VISTORIA) SIM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

Exp. 167/2025

A Fundação Cultural de Jacarehy - “José Maria de Abreu” - FCJ, por solicitação de seu Presidente, Sr. Felipe Auricchio, em atendimento a solicitação de sua Diretoria de Eventos, faz saber que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decretos nº 660 de 20/12/2022 e 666 de 20/12/2022 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA O EVENTO DE CARNAVAL DE 2026**, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I.

1.2. A licitação será realizada em 01 lote, sendo este para ampla participação, conforme Termo de Referência – Anexo I deste Edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com o Credenciamento regular no www.gov.br/compras.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021 que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina

a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#)

O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.10. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema eletrônico **www.comprasnet.gov.br** o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. Não possuem empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4. ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, **sendo vedado**:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário do lote;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações de acordo com a especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta. Os documentos de habilitação não poderão ser excluídos ou alterados a partir do prazo em que recebimentos das propostas estiver encerrado;

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.1.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos em edital;

4.8.1.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado

de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 47, § 1º da Lei Orgânica; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, **quando for o caso**, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará após a fase de lances campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado PELO VALOR UNITÁRIO DO LOTE.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser **de R\$0,10 (dez centavos)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa será “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei 147/2014.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de **microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor** que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor ou cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor ou cooperativa que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. Empresas brasileiras;

5.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor **ocorrerá por sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação, for **desclassificado** em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata de sessão pública anexada aos autos do processo licitatório.

5.19.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie **a proposta adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

5.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço e o recebimento da proposta, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.6.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) BEC e-sanções <https://www.bec.sp.gov.br>.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, MEI, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e **3.6** deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [Decreto Municipal 660/2022 de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta VENCEDORA que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autêntica.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, **sob pena de inabilitação**, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na forma do **ITEM 4.9 e seguintes, DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do Edital**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, ou através dos documentos encaminhados conforme Anexo I – Termo de referência.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades

emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 35 e § 1º do art. 38 Decreto Municipal nº 660/2022](#)

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [Decreto Municipal 660/2022, art. 38, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. Quando a licitante se tratar de **microempresa (ME)** ou **empresa de pequeno porte (EPP)**, esta não fica isenta da apresentação de documentação acerca de sua regularidade fiscal e trabalhista.

7.18.1 Sendo constatada alguma irregularidade, impropriedade ou pendência somente no tocante a documentação citada no item anterior, a licitante terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para sua regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei.

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Presidência da Fundação Cultural de Jacarehy, localizada na Avenida Getúlio Dorneles Vargas n.530 – Jd Primavera – Jacareí/SP, no horário de 08h00 às 11h00.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo administrativo será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, (Art. 43, Decreto Municipal nº 660, de 2º de dezembro de 2022).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. O contrato será assinado preferencialmente por meio de assinatura digital.

10.4. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 90, §5º da Lei nº 14.133/2021.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.1.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente no email pregao.eletronico@culturajacarei.sp.gov.br, onde o licitante irá mencionar o número do processo licitatório. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pela Pregoeira através do site do sistema eletrônico e todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira(o).

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://egov.jacarei.sp.gov.br/portal-transparencia/licitacoes/licitacoes> e no www.gov.br/compras.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Apêndice Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

Anexo A - Termo de Autorização de Visita Técnica;

Anexo B - Declaração de Dispensa de Visita / Vistoria Técnica;

Anexo II - Modelo de proposta comercial;

Anexo III - Minuta de Contrato;

Anexo IV - Termo de Ciência de Notificação;

Anexo V - Declaração de documentos à disposição do Tribunal;

Jacareí, 03 de dezembro de 2025.

FELIPE AURICCHIO AMARAL M. S. DE C. OLIVEIRA
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY -

JOSÉ MARIA DE ABREU

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de sonorização e iluminação para o evento de Carnaval de 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e Memorial Descritivo.

Item	UF	Quantidade	Valor
1- EQUIPAMENTOS DE SOM PARA DESFILE DE CARNAVAL E SONORIZAÇÃO DA AVENIDA, CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO	UN	1	R\$ 200.000,00
2- ILUMINAÇÃO DA AVENIDA	UN	1	
3- VEÍCULO DE SOM PARA DESFILE DE CARNAVAL /EQUIPAMENTO DE SOM NO CAMINHÃO DE AVENIDA, CONSOLE E PERIFÉRICO DO CAMINHÃO	UN	2	

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, descritos conforme Memorial Descritivo.

1.3. O prazo de vigência da contratação segue cronograma de contratação conforme item 5.1.4 contados da emissão da ordem de serviço na forma do art. 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.4. O Contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos se encontra pormenorizada em tópico específico de Estudo Técnico Preliminar, vinculado a este Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, pela DFD 536, DFD 537 de 2026 da Diretoria de Eventos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico de Estudo Técnico Preliminar, vinculado a este Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.. Os requisitos de contratação se encontram pormenorizados em tópico específico de Estudo Técnico Preliminar, vinculado a este Termo de Referência.

4.2. A indicação das marcas descritas nos itens se dão de acordo com as necessidades estruturais do evento, devendo ser de marca que comporte com tecnologia suficiente para que não haja imprevistos, ou de marcas similares que possam fornecer o mesmo desempenho, sendo que, as marcas que foram citadas no ETP são referência no mercado.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h30 às 15h30 horas, conforme agendamento prévio.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: o início da execução do objeto se dará nos moldes das datas disponibilizadas para cada lote, conforme cronograma de atividades.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho conforme memorial descritivo.

5.1.3. Cronograma das atividades: Desfile de Carnaval

11/02/2026: Início das montagens

13/02/2026: Finalização das montagens

13/02/2026: Inspeção do Corpo de bombeiros para emissão do AVCB

15/02/2026: Desfile das Escolas de Samba Jacareí das 16h00 às 06h00 do dia 16/02/2026.

16/02/2026: Desmontagem após o término do evento.

Local: Ponte Governador Mário Covas - Santa Maria

Materiais a serem disponibilizados

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

EQUIPAMENTOS DE SOM E SONORIZAÇÃO DA AVENIDA PARA DESFILE DE CARNAVAL 2026

CAIXAS ACÚSTICAS:

- a) 24 caixas de line array contendo 02 falantes de 12" para médio-grave e 01 driver titânio, sendo 02 para cada torre de line array.
- b) 24 caixas de line array , acústicas para graves 18" contendo em cada, 2 alto falantes de 18" 800 watts RMS, sendo 01 para cada torre de line array.
- c) Som montado em andaimes medindo 1m x 1m x 3m (1M de largura, 1M de fundo e 3M de altura) padronizada com sistema de nivelção, fechamento em tela, piso metálico travados para suportar até 250Kg, quantidades suficientes que atendam o pedido acima
- d) Até 100 metros de passa cabo 5 vias.

AMPLIFICADORES:

- 8 Amplificadores compatíveis com o sistema de som no mínimo:
- 9 24 amplificadores estéreo de 3.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB Auto-ventilado;
- 10 24 amplificadores estéreo de 1.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB Auto-ventilado;
- 11 Os amplificadores deverão estar acondicionados em racks ou cases, com os devidos conectores de Áudio e AC.

CONSOLE E PERIFÉRICOS DO SISTEMAS:

- 1) 04 Microfone sem fio (Locutor), sistema UHF ou similar com baterias reservas;
- 2) 02 Microfone com fio (Locutor), reserva;
- 3) 04 Microfone condenser para captação do som das baterias;
- 4) 04 Microfone condenser para captação do som das baterias (reserva);
- 5) 01 Mesa de som de 32 canais digital ou analógica;
- 6) 01 compressor stereo;
- 7) 01 mesa de som digital com 48 canais;
- 8) 01 main power, régua de AC, cabos, conectores e demais acessórios condizentes com a montagem de todo sistema;
- 9) Cabeamentos necessários para todo o sistema de som na avenida;
- 10) 02 pedestais tipo vara;
- 11) 04 pedestais tipo girafa;
- 12) Músicas alusivas ao carnaval (som ambiente entre desfiles);
- 13) 02 monitores de retorno.

EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA:

- a) 04 extintores de incêndio ABC 6kg, para uso em classe A (papel , madeira e tecidos, classe B (líquidos inflamáveis) , classe C (eletrônicos), com placas de identificação;

EQUIPE TÉCNICA:

- i. A contratada coloca a disposição no local, equipe operacional com no mínimo 02 técnicos operadores, 04 auxiliares técnicos;
 - a) 04 operadores de cabo, todos devidamente uniformizados com itens de proteção individual, quando necessário, para operação dos equipamentos, visando o bom andamento do evento;
 - b) O som deverá estar montado e testado para o evento 3 dias antes do mesmo;

ILUMINAÇÃO DA AVENIDA

- c) 20 torres de iluminação ao longo da avenida, fixadas a ser definidas.
- d) 60 Refletores em Led (três refletores cada ponto) com potência de 1000W de tensão cada, bivolt, temperatura de cor 6500K (branco frio) com grau de proteção IP66 (à prova d'água), fluxo luminoso 37500 lumens, área externa medida 36X60X6CM.
- e) Montadas em box truss, (pirulito) fixos ao chão ou em outra estrutura no local, medindo 7m de altura (padrão).
- f) Até 50 metros de passa cabo 5 vias.

EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIO:

- a) 1 Extintor de incêndio ABC 6Kg, para uso em classe A(papel, madeira e tecidos), classe B (líquidos inflamáveis), classe C (eletrônicos), com placas de identificação;
- b) Aterramento para proteção contra descargas elétricas;
- c) 1 técnico responsável, 2 ou mais ajudantes para montagem dos equipamentos, ART, NBR 5410 e demais documentos exigidos por lei;

VEÍCULOS DE SOM PARA DESFILE DE CARNAVAL

- a) 2 Veículos de som deverá ser tipo caminhão 3/4 carroceria, medindo 2.20 metros de largura por 5 metros de comprimento (no mínimo), modelo (Mercedes Benz, Ford, GMC, ou similar compatível), o caminhão, bem como o combustível e o motorista serão de responsabilidade do contratado, podendo variar na cor;
- b) Estrutura de alumínio Q30 em ambos, com caixas acústicas montadas na traseira do caminhão e os monitores e amplificadores de instrumento na lateral da carroceria;
- c) O cabo multi-vias de sinal deverá trabalhar fixado aos veículos ou em carrinhos, conduzidos por cabo-man, para evitar embaraços e possível rompimento das mesmas;
- d) Cobertura em toda sua extensão de ambos os caminhões, 4 metros de altura (total), de forma que proteja todos os equipamentos e eventual chuva;

e) Observação: nos caminhões deverão ser colocados uma tubulação no cano de escapamento com no mínimo de 3 m de altura para dispersão dos gases do escape (tipo SNORKEL).

EQUIPAMENTOS DO CAMINHÃO AVENIDA:

1. Cada veículo deverá conter 01 gerador de 30 KVA;
2. 08 caixas Line Array, com 01 alto falante de 12" drive de titânio;
3. 02 caixas acústicas "graves" 800 watts RMS
4. 03 monitores SM 400 ou similar para o retorno dos puxadores das escolas;
5. 01 amplificador de 3.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB autoventilado (médio/grave);
6. 01 amplificador de 2.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB autoventilado (grave);
7. 01 amplificador de 1.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB autoventilado (titânio);
8. 01 amplificador de 2.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB autoventilado (monitores);
9. Os amplificadores deverão estar acondicionados em racks ou cases, com os devidos conectores de Áudio e Ac.

CONSOLE E PERIFÉRICOS DO CAMINHÃO:

1. 01 Console de mixagem digital no mínimo 24 canais;
2. 04 microfones sem fio UHF ou similar;
3. 04 microfones com fio SHURE ou similar;
4. 04 direct box;
5. 02 amplificadores com 02 alto falante de 12" cada, com duas entradas independentes cada, para violão ou cavaquinho;
6. 02 cabos multivias para cobrir 300 mt de avenida no mínimo 12 vias balanceado com os devidos conectores;
7. 02 cabo AC para cobrir 300 mt de avenida no mínimo, tipo PP ou PB com capa dupla de 3x12mm no mínimo para carga elétrica do som, com os devidos conectores;
8. Um sistema de CUE ou fone para os técnicos do caminhão;
9. Transformadores de energia, régua de AC, cabos e demais acessórios.

EQUIPE TÉCNICA:

- ii. A contratada coloca a disposição no local, equipe operacional com no mínimo 01 técnico operador, 03 auxiliares técnicos;
- g) 06 operadores de cabo, todos devidamente uniformizados com itens de proteção individual, quando necessário, para operação dos equipamentos, visando o bom andamento do evento;
- h) O caminhão deverá estar montado e testado no local do evento 3 dias antes do mesmo.

EQUIPAMENTO OBRIGATÓRIO DE SEGURANÇA;

- b) 02 extintores de incêndio ABC 6kg, para uso em classe A (papel , madeira e tecidos , classe B (líquidos inflamáveis) , classe C (eletrônicos),com placas de identificação;
- c) Aterramento elétrico, ART e demais documentos necessários e obrigatórios.

SOM DA CONCENTRAÇÃO NA AVENIDA

Line Array com 8 caixas cada com no mínimo dois alto-falante de 10" 1 driver de compressão, com diafragma em puro titânio de 2 ou 4 polegadas com guia de onda, com os devidos bumpers de sustentação;

1. 4 Caixas acústicas, modelo SB 850 ou modelo similar plana ou exponencial, contendo em cada dois alto-falante de 15" ou 18" para graves.
2. 1- Mesa de Som Digital com 24 Canais, modelos Yamaha 01v ou similar.
3. 4- Amplificadores estéreo de 5000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
4. 4- Amplificadores estéreo de 3000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
5. 4- Amplificadores estéreo de 1000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
6. Os amplificadores deverão estar acondicionados em racks ou cases, com os devidos conectores de áudio e AC, poderá ser usado sistema auto amplificados (powered);
7. Estruturas de Alumínio Q30 para montagem do som line array
8. Até 50 metros de passa cabo 5 vias

CAPTAÇÃO DE SOM DA BATERIA

9. 4- Microfones condenser para captação do som das baterias
10. 3- Microfones sem fio Sennheiser G3 ou similar (uso como reserva);

EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIO:

- a) 2 extintores de incêndio ABC 6 kg, para uso em classe A (papel , madeira e tecidos , classe B (líquidos inflamáveis) , classe C (eletrônicos),com placas de identificação;
- b) Aterramento elétricos, ART e demais documentos necessários e obrigatórios;
- c) 1 técnico responsável e 1 ajudante ou o suficiente para operar o sistema.
- d) Documentação do veículo com autorização do DETRAN para operar como caminhão de som e documento de habilitação do motorista.

SOM DA DISPERSÃO NA AVENIDA

Line Array com 8 caixas cada com no mínimo dois alto-falante de 10" 1 driver de compressão, com diafragma em puro titânio de 2 ou 4 polegadas com guia de onda, com os devidos bumpers de sustentação;

11. 4 Caixas acústicas, modelo SB 850 ou modelo similar plana ou exponencial, contendo em cada dois alto-falante de 15" ou 18" para graves.
12. 1- Mesa de Som Digital com 24 Canais, modelos Yamaha 01v ou similar.
13. 4- Amplificadores estéreo de 5000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
14. 4- Amplificadores estéreo de 3000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
15. 4- Amplificadores estéreo de 1000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
16. Os amplificadores deverão estar acondicionados em racks ou cases, com os devidos conectores de áudio e AC, poderá ser usado sistema auto amplificados (powered);
17. Estruturas de Alumínio Q30 para montagem do som line array
18. Até 50 metros de passa cabo 5 vias

EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIO:

- e) 2 extintores de incêndio ABC 6 kg, para uso em classe A (papel , madeira e tecidos , classe B (líquidos inflamáveis) , classe C (eletrônicos),com placas de identificação;
- f) Aterramento elétricos, ART e demais documentos necessários e obrigatórios;
- g) 1 técnico responsável e 1 ajudante ou o suficiente para operar o sistema.
- h) Documentação do veículo com autorização do DETRAN para operar como caminhão de som e documento de habilitação do motorista.

Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme previsto no art. 117, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021 e no art. 18, do Decreto Municipal n.º 664, de 2022 e nº 124 de 2025.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico acionará a Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que

demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8.2. O fiscal responderá administrativamente pela omissão no dever de comunicação tempestiva de irregularidades.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.2. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme o caso.

6.9.4. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Unidade de Contratos e Convênios para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.9.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato, conforme art. 118 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO PAGAMENTO

Recebimento Provisório

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 24 horas antes do início do evento, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme art. 140, I, "a" da Lei n.º 14.133, de 2021 e art. 20

do Decreto Municipal n.º 664, de 2022.

7.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar a qualidade da prestação dos serviços realizados, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme art. 119 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades, conforme expresso no art. 140, § 1º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, de acordo com o art. 119 c/c art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recebimento Definitivo

7.3 Os serviços serão recebidos definitivamente, na data seguinte ao dia do recebimento provisório dias, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado (emitido pelo fiscal do contrato), conforme art. 140, I, "b" da Lei n.º 14.133, de 2021 e art. 20 do Decreto Municipal n.º 664, de 2022, cabendo ainda:

7.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, havendo irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.3. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.5. Enviar a documentação pertinente à Unidade de Contratos e Convênios para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Nota Fiscal

7.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo e forma de pagamento

7.8. O prazo de pagamento será de 11 (onze) dias fora a semana da prestação de serviço, tendo por base a Autorização de Serviço (AS) emitida e a consequente execução do serviço com emissão de Nota Fiscal.

7.9. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária definido pelo IPCA/IBGE.

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou outros sítios eletrônicos oficiais, para:

- a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, ou outros sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou outros sítios eletrônicos oficiais.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção pelo critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, tanto pelas pesquisas quanto pelos orçamentos.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2. Habilitação jurídica:

8.5.1. Quando a atividade exigida for privativa de profissional sujeito à fiscalização por conselho profissional, deverá ser apresentada a comprovação de registro ou inscrição na entidade

competente, restrita às etapas da contratação que, por determinação legal, demandem responsabilidade técnica específica. A apresentação de ART ou documento equivalente será exigida somente para as atividades cuja legislação determine responsabilidade técnica vinculada ao CREA, CAU ou CRT.

8.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

8.2.7. Empresas Consorciadas: nos termos do Art. 15 da Lei 14.133/21 deverão observar as seguintes normas:

- I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1943;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4. Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, caput, II da Lei n.º 14.133, de 2021;

8.5. Qualificação Técnica:

8.5.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT, dentro da validade, por meio de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, em plena validade;

8.5.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.5.2.1.1. Somente será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) de capacidade técnica que indique(m) a que contrato se refere(m), a vigência contratual e a especificação dos serviços prestados em consonância com o objeto da presente licitação, e, no mínimo:

a) Nome da CONTRATANTE:

b) período dos serviços atestados;

c) local de prestação dos serviços;

d) identificação do contrato (tipo ou natureza);

8.5.2.1.2. A exigência de atestados restringe-se às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, assim consideradas aquelas cujo valor individual corresponda a, no mínimo, 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.

8.5.2.1.3.. Para essas parcelas de maior relevância, será admitida a comprovação de quantitativos mínimos de até 50% (cinquenta por cento), vedadas limitações relativas ao tempo de execução e ao local onde os serviços foram prestados, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021.

8.5.2.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.5.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.5.2.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.6.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.7 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.8 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): 13.392.0013.21993.3.90.39.00.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Jacareí, 28 de novembro de 2026.

Weberton de Andrade

Diretor de Departamento de Eventos da Fundação Cultural de Jacarehy -
José Maria de Abreu

APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY - JOSÉ MARIA DE ABREU	
Diretoria responsável / Setor requisitante: Diretoria de Eventos	
Responsável: Weberton de Andrade	Matrícula: 702964
E-mail: beto.andrade@culturajacarei.sp.gov.br	Processo:

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA

A contratação de equipamentos de som e iluminação e serviços que compõem a contratação se dá, devido à necessidade de aparelhos suficientes e de qualidade para que seja realizado o Desfile de Carnaval de 2026, vez que se faz necessário a contratação de equipamentos e veículos de som compondo: Equipamentos de som para desfile de carnaval e sonorização da avenida, iluminação da avenida, veículos de som para desfile de carnaval, equipamentos de som no caminhão de avenida, console e periférico do caminhão.

A falta de contratação de algum dos itens apontados acima e descritos no Termo de Referência faz com que o evento por si só esteja comprometido, pois são itens obrigatórios para o evento, tornando-se, dessa forma, algo necessário para que o desfile carnavalesco ocorra adequadamente gerando uma repercussão positiva nos munícipes e visitantes que venham a contemplar o evento.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação do serviço de equipamentos e veículos de som foi prevista no Plano de Contratações Anuais (PCA) de 2026, com possíveis contratação no decorrer do ano em atenção às demandas de eventos.

A previsão encontra-se no Documento de Formalização da Demanda (DFD) da Fundação Cultural de Jacarehy, nas requisições de números: DFD 536, 537, 417, 418 e 419 de 2025 da Diretoria de Eventos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação de equipamentos de som e iluminação, deverá compreender os itens a seguir:

Item	UF	Quantidade
------	----	------------

EQUIPAMENTOS DE SOM PARA DESFILE DE CARNAVAL E SONORIZAÇÃO DA AVENIDA, CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO	UN	1
2- ILUMINAÇÃO DA AVENIDA	UN	1
3- VEÍCULO DE SOM PARA DESFILE DE CARNAVAL /EQUIPAMENTO DE SOM NO CAMINHÃO DE AVENIDA, CONSOLE E PERIFÉRICOS DO CAMINHÃO	UN	2

EQUIPAMENTOS DE SOM E SONORIZAÇÃO DA AVENIDA PARA DESFILE DE CARNAVAL 2026

CAIXAS ACÚSTICAS:

- e) 24 caixas de line array contendo 02 falantes de 12" para médio-grave e 01 driver titânio, sendo 02 para cada torre de line array.
- f) 24 caixas de line array , acústicas para graves 18" contendo em cada, 2 alto falantes de 18" 800 watts RMS, sendo 01 para cada torre de line array.
- g) Som montado em andaimes medindo 1m x 1m x 3m (1M de largura, 1M de fundo e 3M de altura) padronizada com sistema de nivelção, fechamento em tela, piso metálico travados para suportar até 250Kg, quantidades suficientes que atendam o pedido acima
- h) Até 100 metros de passa cabo 5 vias.

AMPLIFICADORES:

- 12 Amplificadores compatíveis com o sistema de som no mínimo:
- 13 24 amplificadores estéreo de 3.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB Auto-ventilado;
- 14 24 amplificadores estéreo de 1.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB Auto-ventilado;
- 15 Os amplificadores deverão estar acondicionados em racks ou cases, com os devidos conectores de Áudio e AC.

CONSOLE E PERIFÉRICOS DO SISTEMAS:

- 14) 04 Microfone sem fio (Locutor), sistema UHF ou similar com baterias reservas;
- 15) 02 Microfone com fio (Locutor), reserva;
- 16) 04 Microfone condenser para captação do som das baterias;
- 17) 04 Microfone condenser para captação do som das baterias (reserva);
- 18) 01 Mesa de som de 32 canais digital ou analógica;
- 19) 01 compressor stereo;
- 20) 01 mesa de som digital com 48 canais;
- 21) 01 main power, régua de AC, cabos, conectores e demais acessórios condizentes com a montagem de todo sistema;

- 22) Cabeamentos necessários para todo o sistema de som na avenida;
- 23) 02 pedestais tipo vara;
- 24) 04 pedestais tipo girafa;
- 25) Músicas alusivas ao carnaval (som ambiente entre desfiles);
- 26) 02 monitores de retorno.

EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA:

- d) 04 extintores de incêndio ABC 6kg, para uso em classe A (papel , madeira e tecidos, classe B (líquidos inflamáveis) , classe C (eletrônicos), com placas de identificação;

EQUIPE TÉCNICA:

- iii. A contratada coloca a disposição no local, equipe operacional com no mínimo 02 técnicos operadores, 04 auxiliares técnicos;
- iv. 04 operadores de cabo, todos devidamente uniformizados com itens de proteção individual, quando necessário, para operação dos equipamentos, visando o bom andamento do evento;
- v. O som deverá estar montado e testado para o evento 3 dias antes do mesmo;

ILUMINAÇÃO DA AVENIDA

- 20 torres de iluminação ao longo da avenida, fixadas a ser definidas.
- 60 Refletores em Led (três refletores cada ponto) com potência de 1000W de tensão cada, bivolt, temperatura de cor 6500K (branco frio) com grau de proteção IP66 (à prova d'água), fluxo luminoso 37500 lumens, área externa medida 36X60X6CM.
- Montadas em box truss, (pirulito) fixos ao chão ou em outra estrutura no local, medindo 7m de altura (padrão).
- Até 50 metros de passa cabo 5 vias.

EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIO:

- d) 1 Extintor de incêndio ABC 6Kg, para uso em classe A(papel, madeira e tecidos), classe B (líquidos inflamáveis), classe C (eletrônicos), com placas de identificação;
- e) Aterramento para proteção contra descargas elétricas;
- f) 1 técnico responsável, 2 ou mais ajudantes para montagem dos equipamentos, ART, NBR 5410 e demais documentos exigidos por lei;

VEÍCULOS DE SOM PARA DESFILE DE CARNAVAL

- f) 2 Veículos de som deverá ser tipo caminhão 3/4 carroceria, medindo 2.20 metros de largura por 5 metros de comprimento (no mínimo), modelo (Mercedes Benz, Ford, GMC, ou similar compatível), o caminhão, bem como o combustível e o motorista serão de responsabilidade do contratado, podendo variar na cor;
- g) Estrutura de alumínio Q30 em ambos, com caixas acústicas montadas na traseira do caminhão e os monitores e amplificadores de instrumento na lateral da carroceria;

- h) O cabo multi-vias de sinal deverá trabalhar fixado aos veículos ou em carrinhos, conduzidos por cabo-man, para evitar embaraços e possível rompimento das mesmas;
- i) Cobertura em toda sua extensão de ambos os caminhões, 4 metros de altura (total), de forma que proteja todos os equipamentos e eventual chuva;
- j) Observação: nos caminhões deverão ser colocados uma tubulação no cano de escapamento com no mínimo de 3 m de altura para dispersão dos gases do escape (tipo SNORKEL).

EQUIPAMENTOS DO CAMINHÃO AVENIDA:

- 10. Cada veículo deverá conter 01 gerador de 30 KVA;
- 11. 08 caixas Line Array, com 01 alto falante de 12" drive de titânio;
- 12. 02 caixas acústicas "graves" 800 watts RMS
- 13. 03 monitores SM 400 ou similar para o retorno dos puxadores das escolas;
- 14. 01 amplificador de 3.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB autoventilado (médio/grave);
- 15. 01 amplificador de 2.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB autoventilado (grave);
- 16. 01 amplificador de 1.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB autoventilado (titânio);
- 17. 01 amplificador de 2.000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB autoventilado (monitores);
- 18. Os amplificadores deverão estar acondicionados em racks ou cases, com os devidos conectores de Áudio e Ac.

CONSOLE E PERIFÉRICOS DO CAMINHÃO:

- 10. 01 Console de mixagem digital no mínimo 24 canais;
- 11. 04 microfones sem fio UHF ou similar;
- 12. 04 microfones com fio SHURE ou similar;
- 13. 04 direct box;
- 14. 02 amplificadores com 02 alto falante de 12" cada, com duas entradas independentes cada, para violão ou cavaquinho;
- 15. 02 cabos multivias para cobrir 300 mt de avenida no mínimo 12 vias balanceado com os devidos conectores;
- 16. 02 cabo AC para cobrir 300 mt de avenida no mínimo, tipo PP ou PB com capa dupla de 3x12mm no mínimo para carga elétrica do som, com os devidos conectores;
- 17. Um sistema de CUE ou fone para os técnicos do caminhão;
- 18. Transformadores de energia, régua de AC, cabos e demais acessórios.

EQUIPE TÉCNICA:

- vi. A contratada coloca a disposição no local, equipe operacional com no mínimo 01 técnico operador, 03 auxiliares técnicos;
- vii. 06 operadores de cabo, todos devidamente uniformizados com itens de proteção individual, quando necessário, para operação dos equipamentos, visando o bom andamento do evento;
- viii. O caminhão deverá estar montado e testado no local do evento 3 dias antes do mesmo.

EQUIPAMENTO OBRIGATÓRIO DE SEGURANÇA:

- e) 02 extintores de incêndio ABC 6kg, para uso em classe A (papel, madeira e tecidos), classe B (líquidos inflamáveis), classe C (eletrônicos), com placas de identificação;

- f) Aterramento elétrico, ART e demais documentos necessários e obrigatórios.

SOM DA CONCENTRAÇÃO NA AVENIDA

Line Array com 8 caixas cada com no mínimo dois alto-falante de 10" 1 driver de compressão, com diafragma em puro titânio de 2 ou 4 polegadas com guia de onda, com os devidos bumpers de sustentação;

19. 4 Caixas acústicas, modelo SB 850 ou modelo similar plana ou exponencial, contendo em cada dois alto-falante de 15" ou 18' para graves.
20. 1- Mesa de Som Digital com 24 Canais, modelos Yamaha 01v ou similar.
21. 4- Amplificadores estéreo de 5000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
22. 4- Amplificadores estéreo de 3000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
23. 4- Amplificadores estéreo de 1000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
24. Os amplificadores deverão estar acondicionados em racks ou cases, com os devidos conectores de áudio e AC, poderá ser usado sistema auto amplificados (powered);
25. Estruturas de Alumínio Q30 para montagem do som line array
26. Até 50 metros de passa cabo 5 vias

CAPTAÇÃO DE SOM DA BATERIA

27. 4- Microfones condenser para captação do som das baterias
28. 3- Microfones sem fio Sennheiser G3 ou similar (uso como reserva);

EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIO:

- i) 2 extintores de incêndio ABC 6 kg, para uso em classe A (papel , madeira e tecidos , classe B (líquidos inflamáveis) , classe C (eletrônicos),com placas de identificação;
- j) Aterramento elétricos, ART e demais documentos necessários e obrigatórios;
- k) 1 técnico responsável e 1 ajudante ou o suficiente para operar o sistema.
- l) Documentação do veículo com autorização do DETRAN para operar como caminhão de som e documento de habilitação do motorista.

SOM DA DISPERSÃO NA AVENIDA

Line Array com 8 caixas cada com no mínimo dois alto-falante de 10" 1 driver de compressão, com diafragma em puro titânio de 2 ou 4 polegadas com guia de onda, com os devidos bumpers de sustentação;

29. 4 Caixas acústicas, modelo SB 850 ou modelo similar plana ou exponencial, contendo em cada dois alto-falante de 15" ou 18' para graves.
30. 1- Mesa de Som Digital com 24 Canais, modelos Yamaha 01v ou similar.
31. 4- Amplificadores estéreo de 5000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
32. 4- Amplificadores estéreo de 3000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;
33. 4- Amplificadores estéreo de 1000 watts em 2 ohms no mínimo classe AB auto ventilado;

34. Os amplificadores deverão estar acondicionados em racks ou cases, com os devidos conectores de áudio e AC, poderá ser usado sistema auto amplificados (powered);
35. Estruturas de Alumínio Q30 para montagem do som line array
36. Até 50 metros de passa cabo 5 vias

EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIO:

- m) 2 extintores de incêndio ABC 6 kg, para uso em classe A (papel , madeira e tecidos , classe B (líquidos inflamáveis) , classe C (eletrônicos),com placas de identificação;
- n) Aterramento elétricos, ART e demais documentos necessários e obrigatórios;
- o) 1 técnico responsável e 1 ajudante ou o suficiente para operar o sistema.
- p) Documentação do veículo com autorização do DETRAN para operar como caminhão de som e documento de habilitação do motorista.

3.2 Os equipamentos especificados não são exclusivos de um único fabricante, existindo produtos similares no mercado capazes de atender às exigências funcionais descritas no Termo de Referência. As marcas mencionadas têm caráter meramente referencial, nos termos do art. 41, inciso I, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021.

3.3 A avaliação prévia do local e o conhecimento das condições ambientais e estruturais da avenida são imprescindíveis devido à natureza técnica da montagem de equipamentos de sonorização, iluminação, geradores, estruturas metálicas e redes de cabeamento. A correta execução depende de compatibilidade com a topografia, pontos de energia, extensão do percurso e elementos logísticos específicos. Assim, exige-se declaração do licitante quanto ao pleno conhecimento das condições do local, nos termos do art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

A quantidade estimada de itens a serem contratados nos equipamentos e veículos de som estão acima descritos, de modo a não gerar contratação desnecessária ou de tornar inviável a participação no processo de licitação, contanto apenas com equipamentos que são indispensáveis para a realização do evento de Carnaval de 2026. Dessa forma a contratação se dá nos moldes descritos para cada item conforme tabela no termo de referência, não necessitando de contratação futura para mesma finalidade.

5. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Foram analisadas as alternativas possíveis para atendimento da necessidade pública relacionada à sonorização, iluminação e veículos de som necessários ao Desfile de Carnaval de 2026, identificando-se duas opções viáveis: (i) aquisição permanente dos bens ou (ii) locação integrada de equipamentos, estruturas e equipe técnica. A seguir, apresenta-se a análise comparativa dos custos e benefícios de cada alternativa, demonstrando-se, de forma fundamentada, qual solução se revela mais vantajosa para a Administração.

Alternativa 1 — Compra dos equipamentos e veículos (aquisição definitiva)

- Vantagens:
 - Propriedade permanente dos bens, permitindo uso futuro sem necessidade de novas contratações;
 - Disponibilidade imediata, desde que a Administração mantenha inventário organizado e estrutura de almoxarifado adequada.

- Desvantagens:
 - Elevado investimento inicial, considerando a necessidade de adquirir equipamentos profissionais de grande porte, veículos adaptados, estruturas, geradores e itens de segurança;
 - Baixa relação custo-benefício, pois os equipamentos seriam utilizados esporadicamente (em suma, tão somente no carnaval), gerando subutilização;
 - Custos contínuos de manutenção, calibragem, revisões técnicas de equipamentos eletrônicos, substituição de peças, manutenção de caminhões, conservação de geradores etc;
 - Necessidade de equipe técnica própria, aumentando custos permanentes e demandas de pessoal especializado;
 - Exigência de armazenamento adequado, com controle ambiental, segurança patrimonial e espaço físico compatível com o volume de estruturas e equipamentos;
 - Risco de obsolescência tecnológica acelerada, especialmente em sistemas de sonorização e iluminação profissional, que evoluem anualmente;
 - Responsabilidade integral da Administração por qualquer falha técnica ocorrida em eventos, inclusive aquelas decorrentes de desgaste natural dos equipamentos.

Alternativa 2 — Locação integrada de equipamentos, estruturas, veículos e equipe técnica

- Vantagens:
 - Ausência de desembolso inicial elevado, permitindo que a Administração utilize recursos apenas pelo período necessário.
 - Atualização tecnológica permanente, já que empresas especializadas renovam seus equipamentos com maior frequência.
 - Transferência do risco ao contratado, incluindo substituições, testes, funcionamento, operação e suporte técnico durante o evento.
 - Montagem, operação e desmontagem inclusas, garantindo execução adequada por equipe altamente especializada.
 - Eliminação de custos de armazenamento, manutenção e conservação dos equipamentos ao longo do ano.
 - Flexibilidade, permitindo ajustar quantidades e especificações conforme o porte de cada edição do Carnaval.
 - Adequação ao caráter pontual e sazonal do evento, que demanda equipamentos apenas por poucos dias.

- Desvantagens
 - Dependência de disponibilidade do mercado, mitigada por planejamento, cronograma e edital bem estruturado.
 - Necessidade de fiscalização contratual mais intensa, para garantir que todos os itens e equipe sejam disponibilizados no padrão exigido.
 - Obrigação de nova contratação em anos futuros, característica inerente ao modelo de locação.

- Conclusão — Alternativa mais vantajosa

Após análise comparativa, verifica-se que a locação integrada apresenta a melhor relação custo-benefício para a Administração, por alinhar-se:

- Ao caráter sazonal e não contínuo da necessidade;
- À necessidade de equipamentos de alta tecnologia que evoluem rapidamente;
- À imprescindibilidade de mão de obra especializada durante o evento;
- À economia administrativa, evitando custos permanentes e necessidade de estrutura física própria.

Assim, a solução mais vantajosa, à luz do art. 44 da Lei nº 14.133/2021, é a locação integral dos equipamentos, veículos e serviços correlatos.

6. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

De acordo com as pesquisas feitas e os valores praticados por outros municípios e pelo Município de Jacareí em contratações passadas chegou-se a valores estimados para o valor global da licitação.

Tendo em vista o método de contratação realizado pela autarquia para a contratação, qual seja a de menor preço, o valor considerado para a contratação é de R\$200.000,00 para todo equipamento de sonorização e iluminação utilizado na avenida do desfile de carnaval considerando o método de menor valor pesquisado. Todas as pesquisas de valores realizadas foram feitas utilizando o programa de suprimentos para que a média fosse calculada corretamente, conforme consta no mapa de cotação, respeitando o artigo 6º do decreto 665/2022.

Esses métodos de cálculos foram escolhidos levando sempre em consideração o princípio da economicidade, para que não haja contratação fora dos valores de mercado ou que onere a Fundação Cultural de Jacarehy, oferecendo dessa forma um serviço de qualidade para os munícipes dentro dos parâmetros orçamentários aceitáveis para o serviço público.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se de contratação de objeto comum, com o intuito de oferecer ao público que esteja participando das datas festivas maior interatividade e maior sensação de folia, bem como de

fazer com que artistas participantes tenham maior reconhecimento e alcance de público, gerando dessa forma impacto positivo para todas as partes envolvidas nos eventos que serão realizados nesse período.

Sendo assim, a solução que se provou mais vantajosa é a realização de pregão eletrônico na com a finalidade de gerar contratação para a locação, instalação e utilização de equipamentos para sonorização e iluminação para Desfile de Carnaval de forma a suprir a demanda necessária dos equipamentos, veículos e iluminação com a maior qualidade possível para que não haja imprevistos que venham a inviabilizar o evento pretendido.

Outra vantagem significativa na contratação de locação de equipamentos e veículos de som e dos serviços a ele inerentes é a prestação realizada por profissionais competentes e com conhecimento necessário para fazer com que o evento ocorra de maneira mais natural e festiva possível, além da segurança em relação à prestação do serviço.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A contratação de equipamentos não adotará o parcelamento de cotação item a item, vez que o serviço será contratado como um todo, portanto o objeto de contratação deverá comportar todos os itens inerentes à ele.

Sendo assim, com base no art. 40, V, “b”; § 2º; § 3º; art. 47, I, II e § 1º, entende-se que não há viabilidade para a contratação item a item, dificultando a contratação de empresas interessadas em participar do certame, dificultando, assim, o andamento do presente documento.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Há diversos resultados pretendidos quando se realiza a contratação de equipamentos e veículos de som e de iluminação para os Eventos de Carnaval, dentre eles destacam-se:

- 27) Bem estar social: Parte importante na realização de eventos é a efetivação de direitos constitucionais como o lazer, fazendo com que a sociedade como um todo possa usufruir de um evento de qualidade melhorando a qualidade de vida.
- 28) Proteção Cultural: O Carnaval é parte importante da cultura brasileira como um todo, sendo assim a realização desse evento ajuda a proteger uma cultura vastamente disseminada e enraizada no povo.
- 29) Garantia de realização do evento: pretende-se também, através dessa contratação que o evento seja realizado, sem que haja falta de equipamento ou de prestação de serviços à comunidade.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS ANTES DA CONTRATAÇÃO

Considerando ser este um procedimento recorrente na administração autárquica, como forma de suprir as necessidades da agenda cultural de Jacareí, cuja organização e processo de fiscalização já fazem parte do conhecimento da administração pública, observa-se que não há

necessidade de providências a serem adotadas antes da realização do processo de pregão eletrônico.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, vez que a contratação de equipamentos de som e iluminação da avenida, completos por si só, sendo assim todos os itens que advém do lote faz parte dele próprio, não necessitando de contratações para complementação dos objetos descritos por serem itens com toda integração necessária.

12. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Levando em consideração a agenda de 2030, algumas práticas de sustentabilidade podem ser tomadas quando o evento for realizado, dentre elas pode-se destacar a energia acessível e limpa e eficiente com a contratação de equipamentos que favoreçam a questão energética como por exemplo iluminação de LED.

13. CONCLUSÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, conclui-se pela realização de pregão eletrônico para contratação de equipamentos de som e iluminação, em lote único, para o evento de Carnaval de 2026 da Fundação Cultural de Jacarehy - José Maria de Abreu.

Considerando a viabilidade orçamentária, observa-se que a modalidade não gera a obrigatoriedade de contratação, sendo portanto, exigível no momento.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Nome Camila Ribeiro Cargo/Função Assistente Cultural Matrícula: 22311 Jacareí, 28 de novembro de 2025	Nome Weberton Andrade Cargo/Função Diretora do Departamento de Eventos Matrícula: Jacareí, 28 de novembro de 2025

AUTORIDADE COMPETENTE
(OU A QUEM FOR DELEGADA)

Nome Felipe Auricchio

Cargo/Função Presidente da Fundação Cultural

Jacareí, 28 de novembro de 2025

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Art. 18, § 3º: “Em se tratando de estudo técnico preliminar para **contratação de obras e serviços comuns de engenharia**, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos”.

Weberton Andrade

Diretora do Departamento de Eventos da Fundação Cultural de Jacarehy -
José Maria de Abreu

ANEXO A
(MODELO)

TERMO DE VISITA/ VISTORIA TÉCNICA
(FORNECIDO PELA DIRETORIA SOLICITANTE)

Pregão número:

Termo de visita técnica para:

Nome da Empresa Licitante:

Nome e assinatura do representante da empresa:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	FONE	DATA	NOME DO SERVIDOR DA UNIDADE QUE ACOMPANHA A VISITA	ASSINATURA DO SERVIDOR ACOMPANHA NTE
1						
2						
3						

Declaro que tomei conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

**ANEXO B
(MODELO)**

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA/ VISTORIA TÉCNICA

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, com procuração oficial ou se sócio deve constar no contrato social, constando inclusive qual a **FUNÇÃO/CARGO** na empresa), **DECLARAMOS** que nos foi amplamente disponibilizada pela Administração Pública realizar a **VISITA/ VISTORIA TÉCNICA** ao(s) local(is) de execução dos serviços; **DECLARAMOS** que a **OPÇÃO POR REALIZÁ-LA OU NÃO** é de nossa inteira responsabilidade; **DECLARAMOS** ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, inclusive de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e **ASSUMIMOS** todo e qualquer risco por esta decisão, **NOS COMPROMETENDO** a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência o e dos demais anexos que compõe o processo na modalidade **Pregão Eletrônico de nº / _____ – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA O EVENTO DE CARNAVAL DE 2026.**

Jacareí, _____de _____de 2026

Representante Legal da Empresa

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo)

À FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY - JMA

Prezados Senhores,
Apresentamos a V.S^a, nossa proposta de preços de fornecimento do bem abaixo relacionado, nos termos do edital e anexos.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UF	VALOR TOTAL DO LOTE
1	EQUIPAMENTOS DE SOM PARA DESFILE DE CARNAVAL E SONORIZAÇÃO DA AVENIDA	SERVIÇO	
	ILUMINAÇÃO DA AVENIDA		
	VEÍCULO DE SOM PARA DESFILE DE CARNAVAL /EQUIPAMENTO DE SOM NO CAMINHÃO DE AVENIDA, CONSOLE E PERIFÉRICO DO CAMINHÃO		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			R\$

***CRITÉRIO UTILIZADO PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA E LANCES, observadas demais exigências do Edital.**

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão do pregão.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
E-mail: _____
Tel: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
_____ RG nº: _____ Expedido por: _____
_____ Naturalidade: _____
_____ Nacionalidade: _____

Data ____ / ____ / ____

Assinatura do Representante

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0.____.00/(ANO)

Exp. 167/2025

Pregão (eletrônico) n.º 04/2025

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY -
JMA E A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado a **FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY - JMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 50.457.753/0001-07, sediado na Av. Getúlio Dorneles Vargas, nº 530 - Primavera - Jacareí-SP, neste ato, por força dos Decretos Municipais n.º: 01, de 02 de janeiro de 2017; 639, de 30 de novembro de 2018; e 02, 04 de janeiro de 2021, representado pelo gestor da contratação **Felipe Auricchio A.M.S. de Castro Oliveira**, nomeado pela Portaria nº 1.178, de 14 de outubro de 2025, publicada no Boletim Oficial 1672 de 15 de outubro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 702963, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____

_____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico** _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

19. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA O EVENTO DE CARNAVAL DE 2026**, conforme termo de referência e adjudicação do objeto no Pregão correspondente.

19.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 19.1.1.O Termo de Referência;
- 19.1.2.O Edital da Licitação;
- 19.1.3.A Proposta do contratado;
- 19.1.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

20. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 20.1.** O prazo de vigência da contratação é conforme cronograma de execução do serviço previsto no Termo de Referência, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 20.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente do termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

21. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 21.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência – Anexo I do Edital e que é parte integrante deste Contrato.

22. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 22.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

23. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

- 23.1.** O valor total da contratação é de R\$ _____.

- 23.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

24. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 24.1.** O pagamento será com fechamento mensal no prazo de **25 DFS (Vinte e cinco Dias Fora Semana)**, sendo que somente será objeto de pagamento os fornecimentos de seus serviços efetivamente prestados.

25. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

25.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 28 de novembro de 2025.

25.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

25.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

25.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

25.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

26. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

26.1. São obrigações do Contratante:

26.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

26.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

26.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

26.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

26.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

15.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

15.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.11. A Administração terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, de acordo com a complexidade do objeto e os trâmites internos das áreas envolvidas na execução do objeto, até o limite de 01 (um) mês.

15.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável de forma motivada.

15.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

27. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

27.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

27.2. Manter preposto aceito pela Administração do serviço para representá-lo na execução do contrato.

27.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

27.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

27.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

27.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

27.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

27.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

27.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

27.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos;

- 30) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 31) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 32) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 33) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 34) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 35) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

27.11. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e, ainda, por todos os danos e prejuízos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente;

27.12. Manter durante toda a execução do contrato as condições de qualificação que sejam de sua competência apresentadas no processo de contratação, em especial no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;

27.13. Se, no decorrer da execução do contrato, surgirem eventos ou características relevantes que possam vir a afetar o objeto do presente, deverá a CONTRATADA comunicar expressamente ao MUNICÍPIO acerca do ocorrido;

27.14. manter, na direção da execução do contrato, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente integralmente em todos os seus atos, com poderes para providenciar o afastamento imediato de qualquer membro de sua equipe cuja permanência seja considerada inconveniente pelo MUNICÍPIO.

27.15. Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

27.16. Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

27.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

27.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na

condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

27.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

27.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

27.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

futuros e incertos, devendo completá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº14.133, de 2021;

28. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

28.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

28.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

28.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

28.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

28.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

28.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

28.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

28.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

28.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

28.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

28.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

28.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

28.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

29. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

29.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

30. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

30.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- i) der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) der causa à inexecução total do contrato;
- l) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

30.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- ix. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

x. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

xi. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

xii. **Multa:**

1. moratória aplicada por dia de atraso injustificado no percentual de **0,5% até o 5º (quinto) dia e de 1,0% a partir do 6º (sexto) dia**, tendo como valor de referência o valor adjudicado, da Autorização de Fornecimento/Serviço, nota de empenho ou outro instrumento hábil, contabilizado até o máximo de 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução parcial sujeito à aplicação das demais penalidades descritas nesta seção;
2. compensatória de até **30% (trinta por cento) pela inexecução total**, nos termos da **alínea “c” da cláusula 12.1**, calculada sobre o valor total contratado ou, sendo o caso de Ata de Registro de Preços, sobre o valor da AF (Autorização de Fornecimento) ou AS (Autorização de Serviço);
3. de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), nos termos da **alínea “a” da cláusula 12.1**, calculada sobre o valor do contrato inadimplido.
4. de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), nos termos da **alínea “b” da cláusula 12.1**, calculada sobre o valor do contrato inadimplido.
5. de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento), nos termos da **alínea “d” da cláusula 11.1**, calculada sobre o valor da parcela cumprida em atraso.
6. compensatória de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), nos termos da **alínea “e” a “h” da cláusula 12.1**, calculada sobre o valor do contrato.

30.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

30.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

30.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

30.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

30.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- g) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- h) as peculiaridades do caso concreto;
- i) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- j) os danos que dela provierem para o Contratante;
- k) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

30.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

30.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como naqueles eventualmente instituídos no âmbito Estadual e Municipal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

31. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

31.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1 Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do contratado:

g) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

h) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

31.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

31.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

31.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

31.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

31.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

31.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

31.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

31.3.3. Indenizações e multas.

31.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

32. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

32.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da CONTRATANTE deste exercício, na dotação discriminada: **13.392.0013.21993.3.90.39.00**

33. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

33.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e,

subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

34. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

34.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts.124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

34.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

34.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

35. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

35.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

36. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

36.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jacareí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Jacareí, ____ de janeiro de 2026.

Felipe Auricchio A.M.S. de Castro Oliveira

Presidente da Fundação Cultural de Jacarehy -

José Maria de Abreu

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

ANEXO IV

**TERMO DE CIÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

CONTRATANTE _____

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

37. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

38. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
PELA CONTRATANTE:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA (PREENCHER E ASSINAR):

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: CNPJ Nº: _____

CONTRATADA: CNPJ Nº: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

DATA DA ASSINATURA: _____

VIGÊNCIA: _____

OBJETO: _____

VALOR (R\$): _____

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- i) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- j) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- k) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- l) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- m) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura. LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)